



## O FORTALECIMENTO DA PROFISSÃO MÉDICA E MILITAR NO BRASIL: A TRAJETÓRIA DE THOMAZ CARDOSO DE ALMEIDA (1809-1875)

## STRENGTHENING THE MEDICAL AND MILITARY PROFESSION IN BRAZIL: THE PATH OF THOMAZ CARDOSO DE ALMEIDA (1809-1875)

Leicy Francisca da Silva \*

Universidade Estadual de Goiás – UEG

 <https://orcid.org/0000-0001-9676-1426>

[leicyf@hotmail.com](mailto:leicyf@hotmail.com)

Sônia Maria de Magalhães\*\*

Universidade Federal de Goiás – UFG

 <https://orcid.org/0000-0003-2375-6006>

[soniademagalhaes@yahoo.com.br](mailto:soniademagalhaes@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este artigo examina, por intermédio do método indiciário, a trajetória do goiano Thomaz Cardoso de Almeida (1809-1875), que atuou em diversas regiões do Brasil como médico militar e civil. O paradigma indiciário bem como a análise no âmbito microscópico, de Carlo Ginzburg, foi o caminho adotado para compreensão da atividade médica e militar no século XIX. As fontes utilizadas compõem-se de relatórios produzidos pelo médico, artigos de jornais, e relatórios de presidentes de província. Embora os documentos relacionados a trajetória de nosso personagem não tivessem como objeto explicitar como os médicos, em geral, procediam para ascensão profissional, alcançar benesses politicamente e angariar resultados na carreira. Essas fontes nos dão indícios, que interpretados e confrontados com outras, nos permitem apontar suas iniciativas como sendo procedimentos generalizados ou que sua atuação foi exemplar. Seu percurso profissional perpassa o fortalecimento da profissão no país, momento em que um padrão de carreira foi se elaborando no processo de afirmação da elite médica como grupo social. Sua jornada, contudo, não ficou isenta de percalços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Profissão médica, Medicina civil, Medicina militar, Personalismo.

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2013). Docente na Universidade Estadual de Goiás no Programa de Graduação e Pós-Graduação em História e Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências.

\*\* Professor Associado I da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás –UFG, Goiânia, Goiás –Brasil.

**ABSTRACT:** This article examines, through the evidential method, the trajectory of the Goiás Thomaz Cardoso de Almeida (1809-1875), who worked in various regions of Brazil as a military and civilian physician. The evidential paradigm, as well as the analysis in the microscopic scope, by Carlo Ginzburg, was the path adopted to understand the medical and military activity in the nineteenth century. The sources used are composed of reports produced by the physician, newspaper articles, and reports from provincial presidents. Although the documents related to our character's trajectory were not intended to explain how physicians, in general, proceeded towards professional advancement, achieving political benefits and obtaining results in their careers. These sources give us clues, which when interpreted and compared with others, allow us to point out their initiatives as being generalized procedures or that their performance was exemplary. His professional path permeates the strengthening of the profession in the country, at a time when a career pattern was developed in the process of affirmation of the medical elite as a social group. His journey, however, was not without its setbacks.

**KEYWORDS:** Medical profession; Civil medicine; Military medicine; Personalism.

## EM BUSCA DE UM MÉDICO DESCONHECIDO EM GOIÁS

Thomaz Cardoso de Almeida é um personagem que está à margem da historiografia da medicina goiana e brasileira, embora ele tenha uma trajetória que elucida o que era ser médico, sobretudo militar, no contexto de consolidação do projeto nacional brasileiro no século XIX. Deste modo, acreditamos que no rastreamento desse personagem elucidaremos algumas questões essenciais: quem é Thomaz Cardoso de Almeida? Qual a sua origem social e o percurso acadêmico do primeiro goiano formado em medicina? Como ele conciliou a medicina e a administração política? Como podemos perceber, pelo percurso de Almeida, o perfil político e social da medicina da época?

Almeida é um personagem asilado da historiografia da medicina. Nascido em Goiás, em 9 de agosto de 1807, não confere seu nome às ruas e avenidas desta província/estado, diferente do seu contemporâneo Vicente Moretti Foggia (1801-1892), que nomeia atualmente uma das principais ruas da Cidade de Goiás. Seu busto ou imagem não enfeitam as portas de instituições, guardando sua lembrança para as gerações futuras, como se fez com José Netto de Campos Carneiro. Ausente das memórias médicas ou militares, sua alcunha não consta no afamado dicionário bibliográfico de Sacramento Blake (1895), que, diversamente, concedeu destaque ao doutor Francisco Antônio de Azeredo, seu conterrâneo. Repousa em ostracismo na historiografia goiana. É brevemente citado por Jerônimo Bueno (1979), recebendo atenção em crônica escrita por Alberto Martins da Silva que aponta escassos dados de sua biografia (SILVA, 2016).

Pouco sabemos sobre a sua descendência, exceto que era filho de Salvador Cardoso de Almeida (SILVA, 2016) e que foi casado com Anna Joaquina Cardoso de Almeida (JORNAL DA TARDE, 14 de jan., 1879, p. 2). O seu ocultamento deve-se, em

parte, a sua atuação profissional fora da província de Goiás. Residiu e trabalhou durante muito tempo na região, denominada, no século XIX, *norte* do Brasil (atualmente norte-nordeste). Percorreu a vastidão do império a serviço militar e em comissão nas regiões em conflito nas décadas de 1840 e 1850 (Norte/Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Pará; Sudeste: São Paulo, Minas Gerais e Sul: São Pedro do Rio Grande do Sul etc.). Retornou a Goiás em 1866.

Almeida teve uma carreira exemplar para entender o alcance potencial do que é ser médico no Brasil da sua época. Ele usou todas as estratégias disponíveis para alcançar ascensão social em uma época em que o ofício médico era desprestigiado. Por isso seu ocultamento da história nos chamou a atenção. Assim, buscamos nesta escrita, conceder visibilidade a esse personagem que possui uma trajetória singular. Para tanto, valemo-nos do método indiciário, buscando pistas, sinais, vestígios em fontes documentais. O primeiro documento que tivemos em mãos foi um processo crime, divulgado nos jornais do país, em que era acusado de participação na morte do presidente da província do Rio Grande do Norte. A partir deste indício, buscamos estabelecer relação com fontes diversas e elaborar o quebra-cabeças de sua trajetória e ascensão profissional. Algumas foram produzidas pelo próprio médico (teses, memórias, relatórios sanitários), outras são relatórios dos presidentes de províncias e matérias de periódicos nacionais, consultados na base de dados da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. O acesso a toda a documentação, boa parte dela disponível no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, ainda não foi franqueado. Contudo, as disponíveis possibilitam problematizar e compreender as especificidades da experiência de sua atividade médica, civil e militar no processo de consolidação do projeto nacional brasileiro em que os médicos angariam reputação aliados ao Estado.

### **CARDOSO DE ALMEIDA NO RIO DE JANEIRO: FORMAÇÃO ACADÊMICA E ASCENSÃO NA CARREIRA**

Cogita-se que, após o curso secundário em Goiás, ele tenha viajado para a capital imperial para fazer os cursos preparatórios para ingresso na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dentre os seus conterrâneos, foi o primeiro a se formar naquela instituição, em 1839, e, também, o primeiro a formar fila no *Serviço de Saúde do Exército* (SILVA, 2016). Integra, na Corte, entre os anos 1835 e 1839, uma corporação militar, o *Corpo Municipal Permanente da Corte*, comandada à época pelo major Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o futuro duque de Caxias. Nessa instituição, dividiu-se entre o trabalho militar, como enfermeiro no hospital da corporação, e sua formação acadêmica na *Faculdade de Medicina do*

Rio de Janeiro, que frequentou como ouvinte até 1836 (O JAGUARARY, 26 abr., 1851, p. 4-5). Seu ingresso no curso médico não se deu sem percalços. Em 1835, o Ministério do Império pleiteia por meio de “Portaria ao diretor da Escola de Medicina da Corte, para que informe sobre o requerimento de Thomaz Cardoso de Almeida que solicita a graça de ser admitido à matrícula no 3º ano” (CORREIO OFICIAL/RJ, 12 nov. 1835, p. 1). O pedido fora do prazo regulamentar foi apontado como causa da resposta negativa à demanda (CORREIO OFICIAL/RJ, 20 nov., 1835, p. 1). A petição é reapresentada em 1836, recebendo aceite para ser “matriculado no 3º e 4º ano da Faculdade de Medicina, para ser admitido a fazer exame no primeiro deles, que frequentou como ouvinte” (CORREIO OFICIAL/RJ, 16 fev., 1836).

Sua tese, intitulada *Reflexões sobre a gastrite aguda*, defendida em 16 de dezembro de 1839, foi aprovada e considerada “conforme os Estatutos”, de acordo com a apreciação do doutor João José de Carvalho, titulando-o com o grau de “doutor em medicina” (ALMEIDA, 1839), conferindo-lhe legitimidade na carreira escolhida. Na faculdade de medicina frequentou quinze disciplinas, embora a Reforma de 1832 previsse a duração do curso em seis anos, com currículo “constituído de 14 matérias”, lecionadas “por um professor, doutor em medicina” (Dicionário Histórico-Biográfico ... 1832-1930, p. 6, 7). Acompanhou as aulas teóricas na Faculdade, as práticas nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e as de botânica no Jardim Botânico criado no Passeio Público (DICIONÁRIO Histórico-Biográfico... 1832-1930, p. 6, 7).

Dória comenta que a colação de grau dos novos médicos na faculdade seguia o modelo de rito francês, no qual “para dar consciência ao doutorando de considerar-se bom discípulo de Hipócrates (...), reuniam-se n’uma sala da faculdade o diretor e alguns lentes. Aquele deferia juramento ao doutorando, este abraçava os professores e daí em diante colegas, e nada mais” (DORIA, 1939, p. 18). Foi, entretanto, a geração de médicos de 1839 que inaugurou um novo hábito no costume da solenidade, marcando-a como um evento festivo e de pompa. Oito dentre os quatorze esculápios naquele ano cotizaram, ornaram a maior sala da Faculdade, espalharam convites para atrair o público à solenidade e, em 20 de dezembro de 1839, prestaram juramento perante numeroso auditório (DORIA, 1939, p. 18). Se os oito doutorandos se permitiram tais festividades e dispêndio, não era a realidade de todo o conjunto de formandos. Dois dias antes, a 18 de dezembro de 1839, “seis doutorandos tinham se conservado fieis, talvez *por motivos econômicos*, à praxe antiga no molde de Paris” (DORIA, 1939, p. 18, grifos nossos). Eis os nomes dos médicos, possivelmente depauperados, que se formaram em uma cerimônia simples: “Augusto Cesar

de Souza, José Maria de Noronha Feital, Manoel José de Campos Junior, Miguel José Tavares e *Thomaz Cardoso de Almeida*” (DORIA, 1939, p. 18, grifos nossos).

Sobre os motivos que o levaram ao curso de medicina e à carreira militar, nossa hipótese é de que tenha sido por questões econômicas e aspiração de ascensão social. Da leitura de Escragnole Doria (1939), inferimos que ele não tinha origens abastadas.

Concluído o curso de medicina, assentou-se como praça e foi nomeado alferes cirurgião ajudante do *Corpo de Saúde do Exército* (DIÁRIO/PE, 16 jan., 1843, p. 4). A promoção de Almeida de enfermeiro a cirurgião era resposta a uma nova legislação, que identificava a existência de dois quadros nas fileiras militares: cirurgiões formados pela Academia e aqueles sem documentos certificando sua formação nas instituições médicas brasileiras ou estrangeiras. Estes, do segundo grupo, passavam a ser vistos, dentro do programa de fortalecimento da classe, como *charlatães*. Atendendo ao pleito da legislação, estes estavam sendo afastados ou reformados dos quadros militares, o que fortalecia a classe médica naquela instituição e fora dela. Magalhães explica que primeira metade do século XIX, com a formação dos primeiros grupos de médicos nacionais, iniciou-se um movimento de fortalecimento da corporação médica que atuou suprimindo a concorrência. Na concepção dos doutores da época, era imperativo abolir a concorrência, educar a população e consolidar sua medicina como exclusiva forma do exercício da arte da cura” (MAGALHÃES, 2011, p. 1099).

Mesmo que o indivíduo fosse de origem pobre, a educação superior moldava culturalmente e socialmente a elite brasileira dentro de uma ideologia homogênea, constituída pela formação e pelos contatos pessoais entre os estudantes das várias capitâneas em escolas superiores, submetidas pelo governo português e depois pelo brasileiro (CARVALHO, 2008, p. 63). É ainda importante salientar que a carreira médica foi sendo constituída à medida que a elite médica se afirmava como grupo social (FERREIRA, 1994), e que a profissão se inseria na lista de atividades mais promissoras para alcançar cargos políticos: “através de ‘redes’ de relações personificadas, baseadas na estreita dependência de determinadas relações diretas com o imperador e com o poder central” (CORADINI 1997, p. 15).

Certamente que Almeida viu na medicina e na carreira militar uma possibilidade de ascensão social, pois, à medida que o Estado passou a assumir um papel de gestor e promotor da produção e dos serviços de saúde, a elite médica granjeou cada vez mais espaço na sociedade e na política.

## A VIDA E A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE THOMAZ CARDOSO DE ALMEIDA

Recém-formado, Thomaz Cardoso de Almeida é nomeado cirurgião, e seu nome consta na “Relação dos Officiaes que se offerecerão voluntariamente, para marcharem com o presidente e comandante das armas, nomeados para a província do Maranhão” - o coronel Luiz Alves de Lima (O DESPERTAR, 23 dez., 1839, p. 1). Ele e outros soldados recrutados em diversas províncias do país compunham uma força de oito mil homens, enviados pelo governo central, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima, para atuar contra a revolta da Balaiada, que se desenrolava no sul da província do Maranhão, próximo à fronteira com o Piauí (CARVALHO; BETTELL, 2018).

Quando era praça no posto do Corpo de Permanentes no Rio de Janeiro aproximou-se de Luís Alves de Lima, seu superior hierárquico naquela instituição. Foi Caxias quem chefiou o Corpo de Permanentes entre 1832 e 1839. A ele Almeida dedicou sua monografia com os seguintes dizeres: “ao illmo snr. Luiz Alves de Lima, coronel comandante do corpo de permanentes” como “penhor de gratidão” (ALMEIDA, 1839, p. 2). Essa relação de respeito, admiração e reconhecimento em relação a Caxias não era incomum entre os militares. O médico goiano Francisco de Azeredo também não deixou de demonstrar o seu apreço ao Duque, por ocasião do lançamento, em 1875, do seu “Manual de Agricultura Elementar” (MAGALHÃES, 2017).

Edmundo Campos Coelho (1976, p. 50) explica que Caxias possuía um carisma nato que agregava seus soldados, ele: “era, dentro do Exército, um líder carismático, aureolado daquele heroísmo que, segundo Weber, transferiu-se dos senhores da guerra – os reis – para a realeza”. A imagem do chefe militar fascinava o espírito das tropas, era exemplar, modelo de valores e virtudes ideais e permanecia nas mentes de soldados que lutaram com ele em eventos beligerantes, como as Revoltas Regenciais e a Guerra do Paraguai. Por isso, as homenagens prestadas não eram algo incomum. No caso de Almeida, o que se distingue é esta homenagem anteceder-se aos eventos que marcaram e definiram a figura de Caxias como líder respeitado.

Para além da gratidão, admiração e respeito pessoais, podemos assinalar nesse gesto o respeito à hierarquia militar, somado ao personalismo, corporativismo e clientelismo que demarcavam as relações nas instituições. O personalismo explica-se pela instituição do cadestismo em Portugal (1757), que permitia privilégios aos filhos da nobreza na carreira, mas que, transplantado para o Brasil no XIX, passou a ser estratégia utilizada pelas camadas menos favorecidas para aquisição de trunfos sociais (SEIDL, 2010;

CORANDINI, 1995 e 1998). A lógica do cadetismo ajustou-se ao contexto patrimonialista, partidarista e marcado por relações de compadrio, parentesco e amizade, sublinhando a relação de sujeitos para com o poder central (CORANDINI, 1995; 1998). Nas forças militares brasileiras, a lógica do cadetismo distinguia duas gerações: “a primeira geração de oficiais brasileiros da tropa de linha também provinha da classe dominante, ao passo que as praças eram recrutadas entre a população pobre das cidades e do campo”. Essa distância entre os grupos se reduziria no Exército “pelas promoções de subalternos feitas durante as guerras externas” (CARVALHO, 2008, p. 187). Outro fator de aproximação entre esses dois grupos foi a educação superior, que era fator de constituição da homogeneidade ideológica e social da elite que se formava, e que se efetivava pela socialização, treinamento e contatos pessoais (CARVALHO, 2008).

É nesse contexto que Thomaz toma parte como apoio médico militar da chamada Divisão Pacificadora do Norte, na Revolta da Balaiada (1838-1841). Luís Alves de Lima foi nomeado, em dezembro de 1839, pelos poderes políticos no Rio de Janeiro, para, no Maranhão, Piauí e Ceará, pôr fim às revoltas em curso. Exerce seu ofício junto às forças do 5º Batalhão, comandadas por Caxias. Ocupa-se dos enfermos e feridos nesse conflito caracterizado pela violência das batalhas, e pelas enormes dificuldades com que os militares tiveram que lidar, dentre elas aquelas ligadas especificamente ao trabalho médico, ao recrutamento e à ineficiência de material básico, como medicamentos e alimentos para as tropas, indisciplina e enfermidades (IAMASHITA, 2010). A estreia na lide em campos de conflito deu-se em condições de violência, insalubridade, carência e trabalho intenso. Caxias, em carta ao Ministério da Guerra, informava que no hospital havia em média 200 a 300 doentes, que as tropas eram vitimadas por “febres intermitentes, obstruções e feridas atônicas e escorbúticas, que se desenvolvem nos lugares paludosos, e faltos de boa água, e de legumes” e que as tropas que recebia vindas de outras províncias já chegavam “estropiadas” (apud IAMASHITA, 2010, p. 160).

Carvalho e Bethell (2018) explicam que a Balaiada só teve fim “por volta de meados da década de 1840”, quando o coronel Luís Alves de Lima lograva seu primeiro título de nobreza, o de barão. Foi com o arrefecimento da luta no Maranhão que Thomaz Cardoso foi dispensado pelo imperador das suas atividades como Cirurgião-Mor de Comissão naquela província, em 1840 (CORREIO OFICIAL, 26 out. 1840). Temos indícios que nos permitem afirmar que tenha se transferido, dando suporte médico e socorro às tropas de “pacificação” nas regiões onde a Revolta da Balaiada se estendia (Ceará, Piauí, Bahia e Pará). Isso porque em oito de maio de 1841, juntamente com “3

capitães, 2 alferes, 1 comissário, e 100 praças de cavalaria”, ele desembarcava no Rio de Janeiro vindo do Maranhão, para na sequência reencaminhar-se ao Pará (DIÁRIO/RJ, 10 mai., 1841, p. 4; 17 mai., 1841, p. 4).

Em seus primeiros anos de trabalho, foi intenso o seu trânsito pelas províncias. Após debutar na Revolta da Balaiada, encaminhou-se, em 1842, às províncias de São Paulo e Minas Gerais, onde ocorriam as Revoltas Liberais contra a legislação conservadora do governo central. Acompanhava novamente as tropas comandadas por Luís Alves de Lima e Silva, como anotava um artigo de 1856, do Correio Mercantil, que o identificava como parte do quadro do Corpo de Saúde junto ao Marquês de Caxias e seu exército (1 set., 1856, p. 2). Nesse ano, foi listado dentre os cirurgiões do exército que “não foram qualificados por não haverem informações precisas e/ou por se acharem em guerra” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 28 de nov., de 1842, p. 4).

Depois de tomar parte na Balaiada e nas Revoltas Liberais, em 1844 estabelece-se no Nordeste. O Ministério da Guerra autoriza ao presidente do Rio Grande do Norte “a organizar uma enfermaria no quartel da companhia provisória para o tratamento das praças respectivas” e deliberando “empregar o cirurgião ajudante Thomaz Cardoso de Almeida” (O Mercantil, 1 de out., 1844, p. 1). Trabalha como médico residente em Natal, cargo que acumulou com os de médico do Partido público da província, comissário vacinador provincial e encarregado da Enfermaria Militar, recebendo salário do Ministério do Império. Enquanto exercia cargo no Rio Grande do Norte, afasta-se das suas funções por transferência para a província do Piauí/Maranhão, em 1845. Nesse momento, foi citado na relação de nomes que recebiam o reconhecimento do Príncipe Imperial, auferindo sua promoção do cargo de cirurgião ajudante para o de “tenente cirurgião-mor do corpo fixo do Piahy” (DIÁRIO/RJ, 10 mai. 1845, p. 1). Adoece durante sua estadia no Piauí e recebe, em fins de 1846, licença de três meses do seu posto “para ir a província do Rio Grande do Norte tratar de sua saúde” (PUBLICADOR MARANHENSE, 21 nov., 1846, p. 1).

Por ocasião do seu retorno ao Rio Grande do Norte, em 1847, é publicamente denunciado por José Ignácio Fernandes Barros Bolaxinha, oficial maior da controladoria da tesouraria dessa província. Com base no artigo setenta e quatro do Código Criminal, que rezava que “a denúncia compete ao Promotor Público, e a qualquer do povo”, Bolaxinha apresenta acusação contra “o cirurgião mor do corpo fixo de primeira linha da guarnição da província do Piauí dr. Thomaz Cardozo de Almeida”. Em sua denúncia, afirmava que o médico:

tendo aqui vindo do Maranhão (sic) com três meses de licença concedida pelo respectivo presidente, e tendo-se esta findado desde quatro do corrente, longe de se recolher ao seu corpo, como é de seu rigoroso dever, exige-o a disciplina militar, e o devera ter feito (...), a despeito das mais terminantes e positivas ordens, expedidas pela secretaria de estado dos negócios da guerra (...) se conserva nesta cidade, com perfeita saúde, menosprezando destarte a ordem imperial. (Natal, 20 fev., 1847. In: O JAGUARARY/RN, 26 abr., 1851, p. 4-5).

A vida militar era de auguras e riscos, cobrava o afastamento familiar, hierarquia e disciplina; difícil caminho para o enriquecimento em período marcado por lutas fratricidas.

José Ignácio expõe que Thomaz teria ido ao Maranhão “há pouco espontaneamente buscar fortuna, voltou tão acochado e maltratado, que prefere segundo diz, entregar a patente e ficar exposto as vicissitudes e inconstâncias do mundo a lá voltar” (O JAGUARARY, 26 abr., 1851, p. 4-5). O denunciante, em sua reclamação, aponta a desobediência às ordens superiores do cirurgião militar. Critica-o, afirmando ser “digno de execução pública”, pois era mal visto e gerava indisposição “por todos os lugares” pelos quais passava. Demandava que mandasse “prender ao suplicado, e remete-lo no próximo vapor do Maranhão, afim de incorporar-se ao seu batalhão”, iniciativa que considerava justa no “cumprimento às ordens imperiais” e benéfica à província (O JAGUARARY/RN, 26 abr., 1851, p. 4-5). O nosso personagem conseguiu ser reincorporado às atividades em Natal tardiamente – provavelmente em decorrência das denúncias -, somente em 1849.

Em 1853 é transferido para a Paraíba, onde permanece a cargo da província até 1865. Paralelamente, atua em atividades em comissão, a cargo do *Corpo de Saúde do Exército*, em parte acompanhando as tropas chefiadas por Caxias. Em fevereiro de 1853, dirige-se junto a sua família ao Pará (CARVALHO, 17 fev. 1853, mapa, 1). Depois retorna a Pernambuco em abril de 1854, embarcando no vapor *Imperatriz*, advindo do “Pará e portos intermédios” (O Liberal/PE, 16 jul., 1853, p. 4). Na sequência, acompanhado de “sua família, 2 escravos”, parte em direção à Corte (CORREIO MERCANTIL/RJ, 5 mai., 1854, p. 4).

Em 1855 é enviado à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para dar suporte sanitário à região que vivia intensos conflitos e epidemias desde a *Guerra do Prata* (1851/1852). A guerra iniciada em 1851 tinha o objetivo de reafirmar a influência brasileira no Sul, e o governo imperial envia para a região tropas chefiadas por Caxias (GRAHAM, 2018, p. 814). Os diversos conflitos ocorridos no país e, conseqüentemente, os chamados *processos de pacificação* e a defesa das fronteiras contra os vizinhos no Prata, chamavam a atenção para os quadros do exército e sua participação nessas lutas, legitimando um dado

poder a essa corporação na qual os médicos tinham importante função. As ambulâncias e equipes móveis acompanhavam as tropas combatentes com medicamentos, materiais e instrumentos de uso médico para prestação de socorro aos combatentes no campo e evacuação para um hospital (MOURA, 2015, p. 134). Naquela incursão, Thomaz de Almeida estava “incumbido de receber algumas ambulâncias que se destinam para ali” e trazia junto a si “sua senhora, 4 filhos e uma escrava” (CORREIO MERCANTIL, 16 dez., 1855, p. 1).

Em 1865, já na condição de militar “reformado (...) para residir na província de Goyaz”, tem “licença concedida” enquanto “Cirurgião-mór de brigada” (CORREIO MERCANTIL, 26 jul., 1865, p. 2). O retorno a sua terra natal ocorreu ainda no contexto da Guerra do Paraguai. Nesse evento beligerante, a província goiana amparava as tropas expedicionárias brasileiras nos campos de batalha do Mato Grosso e, posteriormente, no Paraguai. Abasteceu-as, assim, de gêneros alimentícios, recrutou voluntários, ofertou armamentos e recrutas da Guarda Nacional, deslocou guarnição da Companhia de Cavalaria e de Caçadores (20º Batalhão de Infantaria), reforçou as tropas advindas de Minas e São Paulo e deu assistência sanitária àqueles que atuavam nos conflitos (MARTINS, 1983). Nesse contexto, ele passou por “nomeação, feita pela presidência da província” a “exercer interinamente as funções de delegado do cirurgião-mor do exército” (CORREIO MERCANTIL, 8 jul., 1866, p. 1). O cirurgião Theodoro Rodrigues de Moraes se achava na Corte “afim de tomar assento, na câmara temporária como deputado por esta província” de fevereiro a maio de 1866” (CORREIO OFICIAL, 17 mar. 1866, p. 2). O doutor Antônio Francisco de Azeredo havia sido enviado para o campo de batalha, como médico sanitário, no cargo de primeiro médico do Hospital Militar, substituindo o doutor José Antônio Murtinho (SOUZA, 1972). Assim, a província só contava com os cirurgiões reformados Vicente Moretti Foggia e Thomaz Cardoso de Almeida, responsáveis por dar suporte sanitário, avaliar as condições de saúde dos homens que comporiam as tropas, vacinar os soldados que seriam enviados aos campos, preparar as ambulâncias com medicamentos e, ainda, elaborar conselhos médicos para serem seguidos pelos leigos em caso de epidemias.

Em 1869, quando o fim da guerra se avizinhava, é concedida licença a Almeida - por Portaria de 4 de janeiro de 1870 - para transferir sua residência “da Província de Goyaz, para a de S. Paulo”. Quando se estabelece na cidade de Campinas, encontrava-se velho e doente (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 7 jan., 1870, p. 2). Em 1876, o *Correio Oficial Goiano* anuncia o falecimento do pobre e “distinto médico militar”, ilustre desconhecido em sua

terra natal, foi noticiado em uma nota nas páginas, que lamentava a partida daquele “filho d’esta província acontecido na cidade de Campinas, província de S. Paulo” (11 mar., 1876, p. 4). Apenas em 1879 “o Ministério da Fazenda autorizou a tesouraria (...) a pagar a d. Anna Joaquina Cardoso de Almeida”, sua viúva, o valor “proveniente do meio soldo de seu finado marido, o tenente coronel dr. Thomaz Cardoso de Almeida” (JORNAL DA TARDE, 14 jan., 1879, p. 2).

Thomaz Cardoso não foi apenas um médico de gabinete, exerceu a profissão em diversas regiões, como militar do exército em momentos de instabilidade política, revoltas e conflitos. Momento este em que as forças mobilizadas na defesa da centralização da nação tinham nos médicos que as compunham um importante instrumento diante da mortandade das batalhas. Ademais, como defendemos anteriormente, Almeida advinha de família de poucas posses e via na profissão a possibilidade de ascensão social. Isso porque ele se enquadrava no quadro de médicos *ordinários*, sujeitos diplomados, mas que não eram membros da elite (DANTAS, 2017). Se permanecesse no Rio de Janeiro, após a sua formatura teria que disputar clientela com outros médicos e com diversos profissionais da arte de curar que ocupavam as ruas da Corte. Assim, o exército emerge como possibilidade de ascender na carreira.

Sua trajetória militar expõe a realidade de que poucos médicos alcançavam prestígio e riqueza no exercício da medicina. Vicente Moretti Foggia morreu pobríssimo na cidade de Goiás. A medicina liberal, normalmente, não proporcionava altos rendimentos aos médicos. Poucos ascenderam nessa profissão. Oliveira Campos, clinicando no município de Paraíba do Sul (RJ), cobrava bem por seus serviços, “provavelmente recebendo mais do que pagavam várias das sinecuras médicas da burocracia imperial” (COELHO, 1999, p. 74).

A medicina se inseria no *ranking* das carreiras mais promissoras para se conseguir acesso a postos “através de ‘redes’ de relações personificadas, baseadas na estreita dependência de determinadas relações diretas com o imperador e com o poder central” (COELHO, 1999, p. 204). E não constituía a primeira opção profissional para os descendentes das famílias mais abastadas, mas sim o Direito, a Engenharia ou, ainda, a carreira Militar. A maior parte dos médicos não se elevava por sua condição material acima da “multidão”, e muitos buscavam outras atividades para garantir seu sustento. De acordo com Ferreira “A medicina militar tinha importância estratégica na medida em que o Exército e a Marinha estavam empenhados em preservar a frágil unidade nacional ameaçada por convulsões políticas internas e externas” (FERREIRA, 1994, p. 64).

A atuação profissional de Almeida no Exército, ao longo do século XIX, apresenta elementos importantes de análise. Primeiro, o intenso trânsito no território nacional em decorrência das disputas políticas próprias do processo de formação da nação. Segundo, a graduação e ascensão na carreira militar do posto de praça a tenente coronel quando da reforma em 1865.

No exército, a partir de 1850, sujeitos pobres e destituídos de influência iniciavam a vida militar como soldados rasos, mas desenvolviam uma carreira conquistando a oportunidade de estudos em nível universitário, granjeando boas relações, o que era um fator importante para as promoções (SCHULZ, 2004). A eliminação dos portugueses, a expansão do sistema de educação militar para os oficiais e a profissionalização da carreira definiam maior agilidade nas promoções (SCHULZ, 2004). Almeida não deixou escapar essas oportunidades.

Na primeira metade do século XIX encontramos seu nome em meio às comemorações e alçado a novos postos por benemerência do imperador. A profissionalização e a reorganização do exército, na segunda metade daquele século, imprimem novas relações hierárquicas, exigindo documentação relativa à formação e ao tempo decorrido no trabalho, entre outros, para granjear promoção aos cargos. A trajetória particular de Thomaz Cardoso de Almeida expõe como esse processo se desencadeava microscopicamente. De acordo com Cláudia Alves, embora fosse pouco prestigiado pelo poder central, o Exército tinha como parte das suas atribuições tarefas de produção, assistência e ensino. Assim:

criou-se um campo de experiências que estariam na base da produção intelectual dos oficiais de fins do Império, permitindo que o exército viesse a ser pensado como uma instituição capaz de fornecer homens para dirigir a Nação... Ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país. (ALVES, 2006, s/p).

A vida de Almeida e sua relação com todo esse amálgama entre medicina, exército e um projeto nacional se revelam, em 1856, em um artigo/carta intitulado *Os Grandes doutores*, assinado por *Um praticante de cirurgia* e publicado no *Correio Mercantil*. O articulista critica a proposição de um senador do Império que defendia que o Ministério da Guerra deveria contratar cirurgiões de 2º classe “os quaes fazião o mesmo que os *grandes doutores* de hoje, e por menos dinheiro” (CORREIO MERCANTIL..., 1 de set., 1856, p. 2). O missivista traça categórica defesa da formação médica, da corporação militar, da formação teórica dos profissionais que laboravam no Corpo de Saúde, das normas militares que reorganizavam a corporação, do posicionamento do Ministro da Guerra, Luís Alves de

Lima (à época Marquês de Caxias), em contratar profissionais formados pelas Academias de Medicina. De acordo com o articulista, o ministro defendia os princípios do movimento de fortalecimento médico em marcha. Caxias, o Ministro da Guerra, era coadjuvante no movimento de reforço do conhecimento científico médico, afixava que a Reforma do Corpo de Saúde do exército manteria a “prática de não admitir no mesmo corpo senão doutores em medicina com pratica de sua arte, por estar convencido de que os que não estiverem nesse caso de nenhum proveito podem ser ao exército” (CORREIO MERCANTIL..., 1 set., 1856, p. 2). Reprende a tentativa de um senador de “pedir para nosso corpo de saúde os empíricos e charlatães”, o que não considerava prática de nenhuma corporação militar bem constituída e legalmente habilitada, exceto no caso de aprendizes ou aspirantes à carreira, subordinados à autoridade de cirurgiões militares. Aponta que a existência de “grande número de curandeiros que andarão por ali mezinhando os nossos pobres soldados desde remotos tempos até findar-se a primeira metade do século em que estamos” cessava com o decreto do Ministério da Guerra para Reforma do Corpo de Saúde. Era o meio legal para o afastamento dos *charlatães* dos quadros na guerra e dos diversos hospitais militares (CORREIO MERCANTIL, 1 set., 1856, p. 2). Pontua, colocando os profissionais do Corpo de Saúde do exército em contraposição aos práticos: “Não sabemos a que cirurgiões de 2ª classe se referiu o S. Ex., pois nunca conhecemos no exército essa categoria de cirurgiões. S. Ex. quis sem dúvida falar dos curandeiros e matasanas que forão enxotados do exército a toque de caixa pela última reforma que teve o corpo de saúde” (CORREIO MERCANTIL, 1 set., 1856, p. 2). E insiste na defesa da classe, citando Caxias como aquele que valorizava a formação teórica dos médicos que formavam seu corpo militar. Pois “ninguém melhor do que o atual Ministro da Guerra conhece a importância que deve ter o corpo de saúde do exército, e a necessidade de terem os cirurgiões militares a maior soma possível dos conhecimentos teóricos e práticos de sua arte” (CORREIO MERCANTIL, 1 set., 1856, p. 2). Como exemplo daquilo que afirmava, pontua que:

S. ex. o sr. Ministro, quando partiu para a pacificação das províncias do Maranhão, de S. Paulo, de Minas Geraes e do Rio Grande do Sul, viu no exército muitos dos taes curandeiros e matasanas; e pensa o illustrado senador que sr. Marquez de Caxias quis fazer-se acompanhar deles? Pois não quis. Promoveu e obteve o engajamento de moços doutorados pelas nossas escolas de medicina, moços de esperanças para o exército e para o paiz. Esses moços prestaram muito bons serviços naquelas províncias; e alguns tomaram tanta amizade nos seus companheiros de privações e de trabalho, que continuaram até hoje a partilhar de sua mesquinha sorte. Aí estão para atestarem os drs. *Cardoso de Almeida*, Jacutinga, Farinha,

Montenegro, Moreira Guimarães, etc., etc.,. Esses moços, e os mais de que está formado o corpo de saúde, são simplesmente doutores em medicina pelas faculdades do Império... (CORREIO MERCANTIL, 1 set., 1856, p. 2).

A defesa dos cirurgiões militares era também a defesa de toda a classe médica. Em um momento de fortalecimento daquele grupo em contraposição aos não formados, o médico e militar conquistava uma imagem pública que se ampliava em relação ao de curador do corpo. A corporação médico militar era considerada grande, porque “se encarrega de desempenhar, e efetivamente desempenha altos deveres na sociedade” (CORREIO MERCANTIL, 1 set., 1856, p. 2). Tratava-se do médico com uma função social. Ele compunha a representação da defesa da pátria, da proteção da vida de seus concidadãos que lutavam nos campos de batalha pela nação, da conquista da paz em momentos de tensão e guerra, e para a tranquilidade geral.

O cirurgião militar, renegando os gozos da vida, acompanha a pobre soldados nos quartéis, nos acampamentos, nas marchas, nas campanhas, nas batalhas, para o fim de cura-los das moléstias que lhes provem das fadigas do pesado serviço militar, do rigor das estações, da privação de comodidades, e dos golpes do inimigo. E, pois, o cirurgião militar, cujo dever, que ele a si mesmo impôs, entrando para o exército voluntariamente, e aliviar os padecimentos daqueles de seus concidadãos que desempenham a mais nobre missão social, qual é a manutenção da paz pública e defesa das instituições pátrias; o cirurgião militar, dizemos, tem, a par da nobreza que lhe confere sua patente, a grandeza que lhe confere o desempenho de sua generosa, elevada e importante missão especial no exército. (Correio Mercantil..., 1 set., 1856, p. 2).

A sua atuação, como a de outros médicos, nas disputas violentas que se desenvolveram durante o período regencial, revoltas liberais e, posteriormente, na Guerra do Paraguai, está ligada, como explica Allison Eugênio, a um projeto da classe médica de fortalecimento e organização para se apresentar como representante dos interesses da nação. Por meio da prática e divulgação desta nos conflitos, construíam uma imagem de compaixão e de proteção daqueles que sofriam na luta (EUGÊNIO, 2015, p. 188). Ademais, ao se colocar como parte integrante da defesa do espaço público e da nação, a corporação almejava conquistar também a simpatia e defesa pública, não dependendo simplesmente da defesa das suas próprias congregações (GAUDILLIÈRE, 2006, p. 10). Esses profissionais, assumindo o papel de defensores das populações e de seus corpos, medram a conquista de poder político e social, o que redundou, concomitantemente, de forma positiva, no processo de monopólio do campo e na imposição política e social de

seu saber/poder sobre o espaço e as populações. Um processo que não se desenvolveu sem tensões e disputas.

## **ENTRE EPIDEMIAS, POLÍTICA E DISPUTAS: A TRAJETÓRIA E O ENQUADRAMENTO SOCIAL DO MÉDICO**

É a partir de meados da década de 1840 que temos elementos suficientes para avaliar a prática médico-social de Thomaz Cardoso de Almeida. Pois é com o arrefecimento dos conflitos internos que marcaram o governo regencial (1831-1840) que ele é designado, em 1844, para o Rio Grande do Norte. Em Natal, foi o segundo cirurgião do Partido Público (depois de Bento Pereira da Mota). Assumiu o posto de médico da Enfermaria Militar da Tropa de Linha “até 1853, casando, sendo deputado provincial” em 1852, compondo a Assembleia legislativa provincial de maioria saquarema, ou da “fina-flor conservadora” e como diretor da Instrução Pública, nomeado em 1848 (CASCUDO 1942 apud SILVA, 2012, p. 46; CASCUDO s/d, p. 96; Relatório do Presidente/RN, 14 jul., 1894, mapa 7).

Como médico ordinário e militar atuante, Thomaz Cardoso de Almeida participava ativamente do jogo de interesses políticos, buscando por meio das relações de lealdade e amizade a aproximação do poder central e a conquista de postos na administração pública, o que não se fazia sem atrair a fúria da oposição. Na província do Rio Grande do Norte, ele viveu momentos de apreensão profissional e de percalços políticos. Enfrentou a oposição de seu superior hierárquico e a crítica do chefe do executivo ao seu trabalho.

Com relação ao superior hierárquico, o motivo de disputa era a intervenção direta na sua atividade de cura, no questionamento da sua avaliação sobre as causas das enfermidades e na reprovação da medicação que administrava a seus pacientes. Ou seja, o médico não possuía o monopólio do seu campo. Em sua queixa interposta, em 1845, ao presidente da província Cassimiro José de Moraes Sarmiento (1814-1860), Cardoso afirma “que no dia designado para as inspeções das praças da companhia do seu comando não encontra no quartel uma só pessoa, que, ou lhe apresente os doentes, ou lhe diga que os não há”; fazendo com que o chefe da administração demande “as autoridades militares da província”, ao comandante da Companhia Provisória de primeira linha, resposta à sua reclamação (Diário/PE, 24 out., 1845, p. 1). A reclamação redonda em ofício enviado pelo presidente ao superior militar do cirurgião, para que:

as 10 horas da manhã, pontualmente mandar, como já lhe foi determinado em ordem do dia 25 de março do corrente ano, apresentar ao mencionado cirurgião ajudante aqueles indivíduos da companhia provisória, que estiverem molestos, a fim que se verifique sobre eles a devida inspeção; e quando ninguém haja doente, isto mesmo deverá vnc, fazer constar ao cirurgião na ocasião em que ele se apresentar ao quartel. (Diário/PE, 24 out. 1845, p. 1).

O presidente pontua que era preciso “evitar ocasiões de desinteligência, ou com o predito cirurgião ajudante, ou com qualquer outro dos seus inferiores, pois que delas só resulta transtorno para o serviço público, ao bom andamento do qual se devem sacrificar ressentimentos e ódios particulares” (DIÁRIO/PE, 24 out. 1845, p. 1). E recomenda que o superior evitasse “intrrometer-se, classificando de contagiosa tal, ou tal enfermidade, ou dando outros alvitres, como ele se me queixou”, e que tivesse “o maior cuidado em quando o referido cirurgião faltar aos seus deveres”, pois:

é de sua obrigação participar-me logo, sempre com a maior moderação, e com todas as circunstâncias, com que o caso se houver passado, a fim de que eu dê as providencias necessárias e conducentes a chama-lo a ordem, e ao cumprimento dos seus deveres, que se cifrão unicamente em inspecionar e curar os doentes, que lhe forem submetidos. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24 out. 1845, p. 1).

Se o encaminhamento por parte do presidente se dava para se evitar conflitos entre os seus subordinados, de seu lado também havia motivos para reclamações ao cirurgião. Ele queixava-se da qualidade do relatório sobre as condições sanitárias da província apresentado pelo médico e afirmava sobre o ofício que lhe havia endereçado,

o então Medico do Partido Público Thomaz Cardoso de Almeida, o qual foi tão mesquinho e estéril que dele não pude colher senão o que deixo referido, não me sendo possível acrescentar cousa alguma, porque não há aqui outro Médico a quem me dirigisse, pedindo as necessárias informações, nem possuo conhecimentos que me habilitem a falar sobre a matéria. (DISCURSO, 7 set., 1845, p. 8 -9).

O relatório de atividades do Médico do Partido Público foi reprovado, ocasionando inicialmente a sua demissão do cargo. De acordo com a administração, a decisão era decorrente da “mesquinhez” das informações ofertadas, “pela imperícia do Facultativo” e pela “falta de zelo e paciência com os miseráveis doentes”, pois quando o médico se dignava a receitar, os medicamentos “eram as mais das vezes improficuos, se não perniciosos”, o que justificava a sua demissão, “aliviando assim os cofres provinciais da despesa” (DISCURSO, 7 set., 1845, p. 8-9; Relatório, 1845). As relações do cirurgião para com o administrador público expressavam a íntima relação entre medicina e poder político,

naquele caso ocupado pela oposição. Por outro lado, a não aceitação da intervenção da autoridade militar sobre as ações atinentes ao campo médico exprimem a defesa de sua formação e o reforço da distinção do seu trabalho em relação aos não formados.

Não podemos afirmar se a decisão para demissão do cargo era explicada pela incompetência na função, como justificado pelo presidente provincial, ou decorrente de obstrução no exercício de sua atividade por parte de seus superiores, impedindo o acesso aos doentes, como reclamado por ele. O que fica clara é a estreita subordinação do trabalho médico ao poder político, fundamentado não em uma estrutura legal, mas em relações pessoais. De acordo com Seidl (2010), a figura do “militar-bacharel” ou “militar-doutor”, em 1844, e todas as possibilidades de uso social abertas pela detenção daqueles títulos, vêm a fortalecer a ideia de inexistência de uma estrutura pautada por regras próprias à profissão no período. A ascensão na carreira era baseada em critérios personalistas, como ligação com o poder central e origem nobre. “E o estudo não era condição, nem mesmo formal, necessária ao ingresso no oficialato-, implicava a subordinação militar a outras que não estritamente ligadas a profissão” (SEIDL, 2010, p. 76).

A dispensa do profissional deixaria a província sem substituto, precisando recorrer ao Rio de Janeiro ou a Pernambuco (segundo PORTARIA de 23 de jul., 1846). Diante da carência de profissionais no Rio Grande do Norte, transformou-se em suspensão por tempo indeterminado “enquanto se não estabelecer a casa de caridade”, segundo resolução do presidente de província, Cazimiro José de Moraes (DISCURSO, 7 set., 1845, p. 8-9). Se a reprovação e demissão nos indicam localmente a possibilidade de motivos de desgaste e oposição política, por outro lado também é do jogo político a transformação da demissão em suspensão, com manutenção do pagamento de salários e transferência para a Província do Piauí, onde encarrega-se da função de cirurgião fixo do Exército (GAZETA OFICIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 17 set., 1846, p. 2).

Em fins do ano de 1846, ele solicita autorização para cuidar de sua saúde às autoridades da Província do Maranhão/Piauí (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 15 out., 1845, p. 1). Recebe licença de três meses do seu posto no Corpo Fixo do Piauí “para ir a província do Rio Grande do Norte par tratamento de sua saúde” (PUBLICADOR MARANHENSE, 21 nov.,1846, p. 1). Em seu retorno e após o tratamento, nega-se ao cumprimento das ordens militares de reincorporação às hostes no Maranhão e é objeto de acusação pública e pedido de prisão por desobediência. O acusador, um funcionário público potiguar, exemplifica o personalismo das relações. Em sua acusação crítica, o

profissional interliga e explica parte dos motivos referentes aos eventos de seu afastamento do cargo de Médico do Partido Público em Natal. Sobre Almeida, indica que:

(...) apenas poderia aqui [RN] ser tolerado, se por ventura ao menos se prestasse com os socorros de sua arte a minorar os males d'aqueles, que afetados de enfermidade o procuram, em falta do caridoso dr. Antão, para se receitarem, mas esse homem cruel e perjuro, nutrindo em seu peito e no mais elevado grau, aquela falta de humanidade e péssimas qualidade por v. exc., com toda a justiça nele reconhecidas em seu relatório apresentado a assembleia desta província em a sessão de 1845. (...) em vez de se sentir da maneira desabrida porque V. Exc., o tratou sempre, e especialmente no predito relatório que se acha esdripto! Hoje com os mais baixos espíritos e sevandijismo se curva ao mais leve aceno de V. Exc., uma falsa informação contra seu próprio cunhado, entendendo que nisso agrada à alguém! (O JAGUARARY, RN, 26 abr., 1851, p. 4-5).

Elucida que o que motiva a contenda era a disputa política. Aponta que Almeida desenvolvera em relação ao presidente da província “um servilismo sem igual”. Como argumentamos, essa era a base das relações políticas daqueles que acessavam, pelo estudo acadêmico e ocupação, importantes postos, embora não fizessem parte da elite e nem possuíssem o lastro da origem familiar. Ao caracterizar a relação do cirurgião para com o presidente de província como parasitária, servil, subordinada e interessada, ao que parece, o denunciante aponta elementos que definiam a personalidade em que se assentavam as relações políticas e profissionais. Apesar dos percalços ocorridos em 1845, que desaguaram no afastamento do médico e transferência para outra província, e da crítica e denúncia pública, o médico é readmitido no posto no Rio Grande do Norte. Em 1848, o Relatório de Governo exalta os predicados dele, denotando que “o vacinador provincial, o doutor Thomaz Cardoso d’Almeida, esmera-se, quanto pode, no desempenho das suas obrigações d’este seu cargo” (7 set., 1848, p. 9).

No relatório sobre a salubridade pública do Rio Grande do Norte de 1850, Almeida expõe ao presidente de província ter tratado “mais de duzentos bexiguentos” desde que havia reassumido o lugar de Médico do Partido Público da Província, em meados no ano anterior (RELATÓRIO, 1850, p. 3).

No ano de 1850 e 1851, foi a vez da epidemia de febre amarela atingir a província potiguar. No relatório, o presidente de Província, José Joaquim da Cunha, afirmava que diante dos estragos causados pela epidemia de febre amarela:

Prestaram-se com desvelo no tratamento dos indigentes o médico encarregado da enfermaria militar doutor Thomaz Cardoso d’Almeida, e o do partido público doutor Joaquim Antão de Sena, que, tendo

infelizmente adoecido na época em que a epidemia trabalhava com mais intensidade, não pode por muito tempo compartilhar as fadigas do primeiro (1851, p. 7).

Durante a epidemia, o clínico examinou e prestou socorro aos enfermos, atuando de forma solitária, já que o segundo médico da província, Joaquim Antão de Sena, havia sido atingido pela moléstia. Aproveitando-se dos dados empíricos à sua disposição, Almeida produz a “memória” *Algumas palavras sobre a febre amarela que tem reinado epidemicamente na capital do Rio Grande do Norte desde fins de setembro de 1850 até princípio de junho de 1851*, que apresentou à Faculdade de Medicina do Rio Janeiro para concorrer a uma vaga de membro correspondente da *Academia Imperial de Medicina* (ANNAES BRASILIENSES..., 30 out, 1851, p. 56). As “memórias” possuíam, divulgavam e debatiam conteúdo teórico e práticas de interesse clínico, ocupando-se dos principais temas científicos do XIX, as epidemias (FERREIRA, 1994, p. 65).

José Pereira Rego considera o estudo de Almeida “lacônico em seu todo”, o que não o impede de indicar seu autor para o posto de membro correspondente da Academia de Medicina (ANNAES BRASILIENSES..., 1853, p. 121). A recomendação é aprovada pelos pares e pelo Imperador, alçando seu nome à concorrida lista dos membros daquela associação profissional junto a importantes ícones da medicina à época (Anais da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, v. 51, p. 467). Mesmo com as críticas e contestação à maioria dos resultados expostos no texto de Almeida, a aprovação de sua petição expõe a existência de uma corporação de classe profissional ou de reciprocidade, marcada por relações personificadas que beiravam ao patrimonialismo (CORANDINI, 1997).

Thomaz, participando do jogo político, envolveu-se em um evento de grande repercussão nacional e que, ao que parece, marcou sua carreira, em 1850 no Rio Grande do Norte, quando dentre suas funções responsabilizava-se pelo atendimento médico do Presidente da província José Pereira de Araújo Neves (1814-1850). Sob seus cuidados profissionais, José Pereira de Araújo Neves (no cargo de 1849-1850) falece repentinamente aos 36 anos de idade, em decorrência de apoplexia, conforme seu diagnóstico. Os boatos, no entanto, alardeiam que o presidente havia morrido após tomar um chá prescrito pelo nosso personagem. Os rumores de que o presidente havia sido envenenado transformam-se em denúncia, na qual o médico assumia no mesmo ato o papel de suspeito e o de responsável por esclarecer o caso por meio do exame de autópsia. Repercutindo o fato, o jornal *O Nortista* denunciava que o presidente havia sido assassinado em decorrência de ações que desagradavam autoridades regionais. Que o “dr. Cardoso, médico que o assistia, e que então estava presente, expressa-se aos concorrentes nos seguintes termos ‘senhores o

presidente morreu envenenado; mas eu sou inocente na sua morte””, e amedrontado, diante da situação em que estava envolvido “não abre as suas portas, desde que anoitece, e mesmo de dia teme ser assassinado” (O NORTISTA, 4 jun., 1850, p. 1-2).

O juiz de direito e chefe de polícia da mesma província, José Vieira de Carvalho e Silva, denunciava que seu afastamento do cargo se deu “somente quando as primeiras investigações medicas (...), muito davam a suspeitar ser um venefício a causal da morte” do presidente (JORNAL A UNIÃO, 4 abr., 1850, p. 3-4). Nos ofícios de entrega de seu posto, quando de sua transferência para a comarca de Penedo, acusava que “todos com razão julgarão que fui arredado do tribunal, para se não descobrir a verdade” e apela para a autoridade do imperador, delatando a parcialidade daqueles que “intervém no corpo de delito” e demandando “a remessa dos corpos de delito e matérias achadas, para as duas Academias de Medicina do Império, darem igualmente juízo” (JORNAL A UNIÃO, 4 abr., 1850, p. 3-4). O chefe de polícia que dirigia o caso foi afastado e Thomaz Cardoso de Almeida encaminhado à corte para prestar esclarecimentos às autoridades do império (O NORTISTA, 30 ago., 1850, p. 1-2). Na corte, ele nos fornece mais informações sobre a sua biografia no seu “juramento dos Evangelhos”:



(...) perguntado por seu nome, idade, naturalidade, estado, ocupação, residência respondia que era Thomaz Cardoso de Almeida, ter de idade quarenta e um anos, ser casado, e viver da sua profissão de médico, residir no Rio Grande do Norte atualmente na rua de S. José, em uma hospedaria n. 9, e ser natural da província de Goyaz (ALMEIDA, 1850, p. 3).

Almeida foi inocentado do ocorrido. Em seu Relatório, o presidente de Província João Carlos Wanderley, em maio de 1850, afirmava que a morte do ex-presidente havia sido perpetrada a mando do “ex-chefe de Polícia da Província o bacharel José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva” (p. 3).

É preciso lembrar que o momento político na região era conturbado, as disputas entre Liberais e Conservadores pelo poder local eram o pano de fundo que dava vida às diferentes denúncias, rumores, tumultos e boatos em torno daquela tragédia.

Nestes primeiros anos da década de 1850, além de atuar no controle da epidemia, percebe-se que agiu na defesa do monopólio da atividade médica por meio da fiscalização e cobrança, ao Secretário da Câmara Municipal de Natal, da lista de médicos e cirurgiões matriculados que podiam trabalhar de acordo com os preceitos da legislação (ARAÚJO, 2015, p. 51). Exerceu pressão na reclamação da inexistência da Polícia Médica na província, e de sua necessária ação na fiscalização do mercado público na venda de carnes e na saúde

pública, impedindo a venda de substâncias medicamentosas por leigos (RELATÓRIO, 1850). Ou, ainda, na recorrente crítica à sujeição dos habitantes aos charlatães, pelo diminuto número de profissionais em trabalhos e espaços de preparação e venda de medicamentos, que se resumiam “a uma botica e a dois facultativos, e esses mesmos inibidos de saírem da Capital em razão dos seus empregos um como encarregado da Enfermaria e o outro por ser Médico do Partido Público” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE de Província, 1852, p. 7). Laborou incentivando a imunização no serviço de vacinação e indicando, por meio de legislação e para o bem da saúde pública, a construção de cemitérios públicos nas cidades, durante o episódio da epidemia de febre amarela.

O médico foi transferido, em 1853, para a Paraíba, mas, entre 1853 e 1856, ocupou-se de atividades nos campos de disputas, especialmente em São Pedro do Rio Grande do Sul. De 1856 a 1865, trabalha na Paraíba como médico e comissário vacinador. Em 1862, no Serviço de Higiene Pública, cobra o respeito ao Regulamento no aspecto relativo à conservação das carnes que ficavam por muito tempo expostas para a venda, considerando tal prática inconveniente (A REGENERAÇÃO, 1862, p. 1). Mostrando seu espírito filantrópico e posicionamento político, junto a parte da elite local, em 1864, participava da Lista de sócios instaladores da *Sociedade São João Evangelista na Parayba* (O PUBLICADOR, 1864, p. 3). A *Sociedade* era uma associação filantrópica, assistencialista, emancipacionista e abolicionista da Paraíba do Norte, cuja diretoria era composta por figuras eminentes da elite local (SILVA, 2018).

É transferido para Goiás, sua terra natal, em 1865. Transcorria a Guerra do Paraguai. Reformado do Corpo de Saúde, assumiu em Goiás o posto de delegado do cirurgião-mor do exército, substituindo Theodoro Rodrigues de Moraes (CORREIO OFICIAL, 17 mar. 1866, p. 2). Na capital, os cirurgiões reformados Thomaz Cardoso de Almeida e Vicente Moretti Fóggia, que ficaram responsáveis por toda a assistência sanitária na província e pelo suporte aos militares em luta, foram cobrados pelo presidente de província, Augusto Ferreira França (1865-1867), para que produzissem aconselhamentos para que os leigos pudessem proceder no tratamento da varíola. Em 1866, produziram o artigo publicado pelo *Correio Oficial*, intitulado *Tratamento da Variola*, contendo *Instruções médicas* para o enfretamento da enfermidade.

Esse artigo, escrito conjuntamente com Vicente Moretti Fóggia, teria sido sua última produção científica, embora seja preciso considerar que os trabalhos citados neste artigo não tenham sido os únicos. Pois, de acordo com Ferreira (1994), não se pode medir

a produção científica dos médicos oitocentistas com os padrões atuais. Os produtos intelectuais mais comuns eram as denominadas “memórias”, as teses de concurso, os relatórios/planos técnicos, os discursos, extratos de lições, os casos clínicos e livros e compêndios.

Cardoso de Almeida, como os demais médicos da província, ensaiou ocupar-se no campo cultural como professor de filosofia no Lyceu da capital (CORREIO OFICIAL, 4 mai., 1867, p. 4), mas sem sucesso. Seu exercício como lente é curto, pois é exonerado de seu posto em decorrência da pouca frequência daquela disciplina (CORREIO OFICIAL, 12 nov., 1867, p. 1).

Depois de sua passagem por Goiás, dirige-se a Campinas, em São Paulo, onde tentou a reinserção profissional liberal na clínica privada. O jornal local anunciava que Almeida “recentemente chegado a esta cidade, em quanto incomodado em sua saúde, presta-se a consultas em sua residência, rua do Pórtico, casa amarela, gratuitamente aos pobres” (GAZETA DE CAMPINAS, 28 nov., 1869, p. 3). A propaganda de seus serviços é reforçada mais tarde em 1870, com a divulgação do reconhecimento de um paciente que atestava ter “sido tratado pelo sr. Dr. Thomaz Cardoso d’Almeida” e curado, e que apresentava os nomes e indicações de localização das testemunhas de sua saúde para aqueles “que quiserem com seus próprios olhos verificar a exatidão desta asserção” (GAZETA DE CAMPINAS, 22 set., 1870, p. 2). A clínica privada, parte essencial do trabalho médico no século XIX (EUGÊNIO, 2015), foi buscada como última tentativa de inserção profissional de Thomaz Cardoso de Almeida. A tentativa de exercer a medicina civil, mesmo enfermo, pode ser explicada pelas condições de seu fim de vida. Vive um longo calvário até sua morte em condições de pobreza, em 31 de dezembro de 1875, quando o *Diário de São Paulo* replicava o noticiado na Gazeta de Campinas, informando:

Na “Gazeta de Campinas”, de ontem, lê se o seguinte:

“Deu-se ontem à terra o dr. Thomaz Cardoso de Almeida, cirurgião-mor de divisão, reformado.

O falecido era natural de Goiás.

Rendeu o espírito após dolorosa e prolongada enfermidade. Estava desde algum tempo entre nós e aqui finou-se pobríssimo, e na maior desolação que se pode imaginar este infeliz servidor do Estado, aos 65 anos de idade. (DIÁRIO/SP, 31 dez., 1875, p. 3).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rastreando a vida e o trabalho de Thomaz Cardoso de Almeida, percebemos como a atividade dos médicos e os meandros da vida pública e da política se

interseccionam no século XIX. Almeida, de origem humilde, por meio de sua atuação militar e formação acadêmica, galgou a ascensão social, estabelecendo relações pessoais e institucionais que davam lastro às suas aspirações. A sua carreira tem duas ancoragens, de um lado, estabeleceu relações de aliança e interesse para com o poder político central - respaldada na sua atividade militar em conflitos defendendo o império. De outro, assentou vinculação com a principal instituição de fortalecimento profissional à época, a *Academia Imperial de Medicina*, da qual se tornará membro correspondente.

O caminho percorrido por Almeida, um médico nascido no sertão goiano e atuante em diversas regiões no Brasil, corrobora a estreita ligação entre a profissionalização da medicina, a prática dos médicos - enquanto componente importante dos exércitos - nas disputas que ocorreram no processo de consolidação do projeto nacional. É época em que os militares se profissionalizaram criando quadros de hierarquia, normas rígidas e meios de ascensão social, gerando um sentimento de identidade e pertencimento a seu quadro. Esse movimento de profissionalização se fortalece na segunda metade do oitocentos. Essa aspiração de representação se desenvolve na década de 1830, em decorrência dos diversos conflitos que tiveram lugar nas províncias durante o período regencial e dos quais os militares tomam parte, inclusive Thomaz Cardoso. A profissionalização do médico militar surge no encaixe deste mesmo processo. Como médico civil e militar, participou do processo de fortalecimento da profissão médica no Brasil, quando “um padrão de carreira médica foi sendo constituído à medida que a elite médica se afirmava como grupo social” (FERREIRA, 1994, p. 63). Ele atua socialmente na defesa da profissão: na crítica aos profissionais não formados, na luta contra as principais epidemias (febre amarela, varíola), na produção de conhecimento médico, na fiscalização da atuação profissional, na disseminação da vacina. Atua politicamente no Rio Grande do Norte tomando assento na Câmara Provincial. Por fim, o seu ostracismo em Goiás demarca um elemento importante na atividade, a ligação com os interesses do Estado e, portanto, a atuação nas regiões que demandavam a presença médica.

Tomaz Cardoso de Almeida utiliza-se de todas as vias disponíveis como médico e militar, para ascensão na carreira, e morre paupérrimo. Ele fez um trânsito exemplar para a inserção na elite imperial, porém terminou a sua vida clinicando no interior de SP, certamente concorrendo com os práticos. Como explicar essa contradição? O artigo aponta na direção das relações de caráter personalista construídas em sua atuação, pois se de um lado eram exigência para ascensão na carreira, de outro constituíam inimizades. As hostilidades redundaram em denúncias, perseguições e inclusive em um processo crime,

como no caso da morte do presidente da província do Rio Grande do Norte. Consideramos que a continuidade da pesquisa na documentação do Arquivo do exército pode em um futuro próximo nos permitir responder a essa indagação que permanece em aberto.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova*. Revista **Electrônica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (60), 1 de agosto de 2006. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-60.htm>. Acesso: 1/6/2021.

ARAÚJO, Avohane Isabelle Costa de. **Curar, fiscalizar e sanear**: as ações médico-sanitárias no espaço público da cidade do Natal (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2015.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. O Brasil da independência a meados do século XIX. p. 695-769. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BUENO, Jerônimo Carvalho. **História da Medicina em Goiás**. Goiânia, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Edição Especial. Natal, 2010. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/Notas-e-Documentos-Para-a-Hist%C3%B3ria-de-Mossor%C3%B3.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite profissional na medicina do Brasil In: SALLES, Maria do Rosario Rolfsen. **Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Sumaré, 1997.

CORREIO OFICIAL. Parte oficial: Ministério do Império. Rio de Janeiro, 12 nov. de 1935, p. 1.

CORREIO OFICIAL. Parte oficial: Ministério do Império. Rio de Janeiro, 20 nov., 1835, p. 1.

DANTAS, Rodrigo Aragão. **As transformações no ofício médico no Rio de Janeiro**: um estudo através dos médicos ordinários (1840-1889). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Palácio do Rio de Janeiro: Relação dos oficiais que ficam pertencendo a primeira classe do exército (decreto 260 de 1 dez., de 1841 e decreto n. 159 de 25 de abr., de 1842) José Clemente Pereira. 28 de nov., de 1842.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Parte oficial - Rio Grande do Norte: Governo da Província. PE, 15 out., 1845.

- DIÁRIO DE SÃO PAULO. Interior: notícias da Corte. São Paulo, 07 de janeiro de 1870.
- DORIA, Escragnole. Centenário de Grau Médico. **Revista da Semana (RJ)**, 30 dez, de 1939, p. 18.
- ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA e Médica do Rio de Janeiro In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**, COC/Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).
- EUGÊNIO, Alisson. A medicina ilustrada e sua recepção pelos médicos que atuavam no Brasil do século XIX. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 163-190, 2015.
- FALA DIRIGIDA À ASSEMBLEIA Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1851, pelo Ilmo e Exm. Sr. Presidente da província, o doutor José Joaquim da Cunha. 1851.
- FERREIRA, Luiz Otávio. João Vicente Torres Homem: descrição da carreira médica no século XIX. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, vol.4, n.1, p. 57-77, 1994.
- GAUDILLIÈRE, Jean-Paul. **La médecine et les sciences (XIX-XX siècles)**. Éditions La Découverte, Paris, 2006.
- GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GRAHAM, Richard. O Brasil de meados do século XIX à Guerra do Paraguai. In: BETHELL, Lelie (Org). **História da América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 771-825.
- IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)**. Tese. (Doutorado História), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- JORNAL DA TARDE. 14 de jan., 1879, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=713120&pesq=%22cardoso%20de%20almeida%22&pasta=ano%20187&pagfis=261>
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. Dr. Antônio Francisco de Azeredo: um médico do sertão no Brasil Oitocentista. **OPIS (On-line)**, Catalão, v. 17, n. 1, jan./jun., p. 4-19, 2017.
- MARTINS, Zildete Inácio Oliveira. A participação de Goiás na Guerra do Paraguai. **Boletim Goiano de Geografia**, (1-2):1-38, jan./dez. 1983.
- MOURA, Aureliano Pinto de. A atuação do corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança. **Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 132-144, 2015.
- O JAGUARARY - periódico político e social do Rio Grande do Norte. Publicação a pedido. 26 de abril de 1851, p. 4-5.
- O MERCANTIL. **Ministério da Guerra**: expediente do dia 18 de setembro de 1844. Minas Gerais, 01 de out., 1844.
- PUBLICADOR MARANHENSE. Parte Oficial - Governo da Província. Maranhão, 21 de novembro de 1846.
- RELATÓRIO DO PRESIDENTE de Província (Rio Grande do Norte)**. Relação nominal dos Diretores da Instrução Pública do Rio Grande do Norte (...). Mapa 7. Natal, 14 jul., 1894. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720496&pesq=%22cardoso%20de%20almeida%22&pagfis=282>

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: o Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SEIDL, Ernesto. A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. Dossiê: História e Militarismo. **História**, v. 29, n. 2, p. 71-94, 2010.

SILVA, Alberto Martins da. Doutor Thomas Cardoso de Almeida. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 26, p. 159-163, 2016.

SILVA, Lucian Souza da. E porque rasão a Parahyba se deveria mostrar surda e imóvel ante o espírito abolicionista? O movimento abolicionista na Parahyba do Norte (1864-1888). p. 311-345 In: ROCHA, Solange Pereira da; ROCHA, Matheus Silveira Guimarães (Orgs.). **Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

SILVA, Rodrigo Otávio da. **Sair curado para a vida e para o bem**: diagramas, linhas e dispersão de forças no complexo nosoespacial do Hospital de Caridade Juvino Barreto (1909-1927). Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SOUZA, Luiz de Castro. **A medicina na Guerra do Paraguai**. S/C: S/E, 1972.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

**RECEBIDO EM: 31/08/2021 PARECER DADO EM: 27/09/2021**